



**CLIPPING INTERNET**  
**23/01/2021 ATÉ 23/01/2021**



# INDÍCE

---

1	CONVÊNIOS	
	1.1 BLOG PAULO ROBERTO.....	1
2	CORREGEDOR (A)	
	2.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	2
3	DECISÕES	
	3.1 PORTAL DO MUNIM.....	3

## **OAB/MA FIRMA CONVÊNIO COM A FACAM E GARANTE DESCONTO ESPECIAL EM CURSOS PRESENCIAIS A ADVOGADAS, ADVOGADOS E SEUS DEPENDENTES**

Cumprindo o compromisso de manter a advocacia maranhense capacitada, o presidente da OAB Maranhão, Thiago Diaz, recebeu na manhã desta quinta-feira (21) o diretor-geral da Faculdade do Maranhão (FACAM), César Bandeira, para assinatura de um convênio que concede descontos à advocacia nos cursos presenciais da instituição.

Através do convênio, advogadas, advogados, seus dependentes e funcionários da Ordem têm acesso a um desconto especial de 50%, não cumulativo, nos valores das mensalidades nos Cursos de Graduação em Nível Superior e Pós-Graduação da FACAM.

“Mais uma vez, a OAB Maranhão se mostra preocupada com a capacitação da advocacia. Firmamos excelente convênio para advogadas, advogados e seus dependentes com a FACAM, instituição que conta com uma equipe de professores e coordenadores altamente especializados, sempre atendendo as necessidades educacionais de seus alunos. Dessa forma, essa parceria resulta em vantagens significativas para toda a advocacia que deseja se qualificar e aprimorar seu currículo”, pontuou Thiago Diaz.

O Diretor-Geral da Faculdade, César Bandeira, também comemorou o convênio. “Para a FACAM, esse convênio com a OAB foi uma grande conquista. Com ele, nós vamos ter a oportunidade de receber pessoas ligadas à advocacia em nossa instituição. Hoje, a FACAM é referência, não só a áreas relacionadas ao Direito, mas, também, em outras áreas. Nós cumprimos fielmente esse convênio”, comentou o Diretor-Geral.

O ingresso nos cursos presenciais de Graduação e Pós Graduação da FACAM pode ser feito por meio de processo eletivo em exame vestibular, transferência de outra Instituição de Ensino e graduados.

Mais informações podem ser obtidas por meio do telefone (98) 3227-1238 / (98) 3227-8916 ou pelo site da instituição [www.facam-ma.com.br](http://www.facam-ma.com.br)

## **TJ suspende lei que diminui pena de presos após lerem a Bíblia**

Deputada estadual Mical Damasceno (PTB).

MARANHÃO = O Tribunal de Justiça do Maranhão, através do desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, suspendeu uma lei que assegurava a redução de pena para presos que lessem a Bíblia Sagrada.

A lei foi criada pela deputada estadual Mical Damasceno (PTB) e sancionada pelo governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), no fim de agosto do ano passado. A parlamentar justificou a iniciativa como uma maneira de transformar a vida das pessoas através da Bíblia.

“A Bíblia sempre foi agente de transformação na vida das pessoas. Ela é o nosso alicerce, servindo de base, inclusive, para muitas constituições democráticas, à exemplo da nossa Carta Magna de 1988. O Evangelho de Cristo e a ministração da Palavra têm feito a diferença na vida de muitos detentos, por meio do trabalho missionário que é feito nos presídios”, justificou a deputada.

Pela Lei, a remição pela leitura permite que o preso já condenado, a cada leitura de uma obra, reduza quatro dias de pena da sua condenação, possuindo o limite de 12 obras por ano.

No entanto, agora a lei está suspensa pela decisão do desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, que acatou um pedido do Ministério Público do Maranhão, que entende que a lei era inconstitucional por ferir a laicidade do Estado. A ação do Procurador-Geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Jorge Hiluy, também afirmava que a referida lei não poderia ter sido criada pelo Poder Legislativo, mas apenas pelo Governo do Maranhão.

## Corregedoria debate eficiência da execução fiscal em São Luís

Procurador geral do município, Bruno Duailibe, propôs a assinatura de um convênio, para buscar soluções para a arrecadação e a melhoria da gestão dos executivos fiscais

Corregedoria debate eficiência da execução fiscal em São Luís

SÃO LUÍS - O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, participou de reunião com representantes da Procuradoria de São Luís (PGM) e da Secretaria de Fazenda da capital (Semfaz). O encontro teve como objetivo buscar soluções para a arrecadação e a melhoria da gestão dos executivos fiscais no Município de São Luís.

Durante o encontro, o procurador-geral de São Luís, Bruno Duailibe, enfatizou que no âmbito municipal o trabalho vem sendo desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Fazenda.

Ele observou que atualmente milhares de execuções fiscais ocupam as prateleiras do Judiciário, estando fadadas ao insucesso da recuperação do crédito, em razão da falta de endereço das partes requeridas. “O grande gargalo consiste na falta de cadastro imobiliário”, disse.

Duailibe propôs a assinatura de um convênio, que, além dos órgãos participantes da reunião, alcançaria cartórios com competência para atuar na matéria. Segundo ele, essa parceria pode representar uma revolução para sistema de arrecadação do Município. Segundo informação da Procuradoria, São Luís possui uma das piores arrecadações fiscais dentre as capitais brasileiras.

O desembargador Velten afirmou que a Corregedoria tem total interesse e disse que um trabalho dessa natureza, em razão da sua importância, já poderia ter sido iniciado antes. O corregedor disse que a concretização de uma parceria na área fiscal e que um possível convênio, vai representar um grande passo para a efetividade da cobrança dos executivos fiscais.

Recuperação - Velten ressaltou que as varas da Fazenda de São Luís se encontram sobrecarregadas e que atualmente o índice de recuperação do crédito de execução fiscal é muito baixo. Além disso, lembrou o corregedor, são demandas que consomem uma grande estrutura física e de pessoal, a exemplo de magistrados e servidores, que poderiam estar focados em outras demandas.

O secretário da Fazenda, José Azzolini, destacou que a reunião consiste na abertura de um canal de diálogo, possibilitando a ação conjunta e troca de informações e dados para subsidiar ações de melhoria da gestão fiscal em São Luís. Segundo Azzolini, é preciso resolver os problemas que se apresentam e que não há maiores empecilhos para concretização do projeto, mas apenas tratativas de caráter procedimental.

Ao final da reunião ficou acordado que no prazo de dez dias será realizado um novo encontro para dar encaminhamento prático às tratativas. Uma minuta deverá ser apresentada pelos órgãos municipais e os termos para operacionalização das medidas serão tratados, a fim de que seja firmado um protocolo de intenções.

Mais Também participaram da reunião a secretária adjunta Monique Bragança (Fazenda); a procuradora Fiscal, Anne Karole Brito; a procuradora Patrimonial, Viviane Brito; o procurador Marcelo Duailibe e a presidente da Associação dos Procuradores, Tereza Rocha.